

# O DISTRICTO DE AVEIRO



PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 3\$540 réis — Semestre, 1\$770 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscree-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anuncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 3\$000 réis — Semestre, 1\$500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 130

TERÇA-FEIRA 30 DE SETEMBRO DE 1862

SEGUNDO ANNO

## AVEIRO

A situação arrasta a sua pesada existencia; e addia, mas não resolve os grandes problemas d'administração publica, que se lhe apresentam! Os desafeiçoados ao governo assim o dizem.

As camaras devem abrir-se no principio de novembro, e já se falla em addiamento, porque o ministerio não tem ainda promptos os trabalhos, que devia apresentar-lhe.

Não o accreditamos. Seria um grande desacerto. E se o governo quer enfim mostrar alguma energia, — cuidar seriamente dos interesses publicos, — deve sair e fazer sair toda a governança do marasma, em que vae caído. Addiar porque? Não tem tido tempo d'escoller o caminho, que devem seguir?

O real consorcio não os deixa com o descaço necessario para cuidarem dos interesses publicos? E' caricato que se diga isso. O ministerio tem tido tempo de mais para se preparar para os debates; — se não está preparado é porque não quer, ou porque a sua indolencia o torna inhabil para qualquer trabalho. Mas não podem confessar isso, que se suicidam. Avante pois.

Não abram a sessão sem apresentarem alguma cousa, que cheire a economia. Já lhe temos dito que era essa a velha bandeira historica, — bandeira, que não deviam despresar. Todo o paiz sabe que ha em verdade muito que fazer n'esse campo, e que é indispensavel explorar agora, que se trata d'alimentar o novo systema tributario, o qual aumenta consideravelmente o imposto.

Não se descuem de dizer ao paiz alguma cousa ácerca do codigo civil. E' tempo que essa grande obra se conclua. Se a commissão encarregada d'esse trabalho o não pode concluir, reformem-a convenientemente; — subsidiem mesmo os seus membros, que não recebem ordenado, e dispensem os outros de qualquer serviço publico, que accumulem. E' tempo de dotar o paiz com esse grande melhoramento. Já lá vão dez annos, depois que se lheu começo. Se se tivesse sempre trabalhado, devera ter-se conduzido.

Não ha agora paralelo com as difficuldades, que encontraram outros paizes. Os trabalhos, que então se fizeram, são aproveitaveis; — resta apenas appropriar os ás nossas peculiares circumstancias. Por Deus não deixem tambem converter em sinecuras esta importante commissão; — lembrem-se ao menos, que a reforma hypothecaria tarde virá, se não se approvar conjuntamente com o codigo civil.

Não esqueçam uma providencia radical sobre cereaes. E' realmente ridiculo estarmos todos os annos a tomar medidas excepcionaes, que trazem sempre o paiz em sobresalto. O commercio, e a agricultura mesmo, carecem de contar com um systema invariavel para podermos dirigir-se convenientemente. Os cereaes são um dos ramos mais importantes da nossa agricultura, cujos interesses não podem ser esquecidos, mas que tambem se não devem escutar exclusivamente. As classes operarias tem incontestavel direito a serem attendidas. Uma crise alimenticia é seguramente o maior flagello de um paiz. Medite o governo; — mas desacreditada a escala movel, e condemnado como detestavel este systema d'expedientes, — só resta fixar o quantum, que os cereaes estrangeiros devem pagar, para não deixarmos sem protecção a nossa agricultura. A sua admissão permanente parece pois uma necessidade impreterivel.

Não esqueçam tambem esse pobre projecto, que regula o commercio dos vinhos, e acaba com o monopolio do Douro. E' uma vergonha, que o governo hesite em adoptar rasgadamente os principios de verdadeira igualdade para todos os vinhos do paiz. Está demonstrado até á saciedade, que os privilegios do Douro são um miseravel anachronismo, que não pode sustentar-se. Ja alguém lembrou que andam aqui interesses particulares. Não o queremos suppôr. Mas é evidente que é indispensavel tomar na proxima sessão uma providencia a este respeito.

Muito mais tem o ministerio ainda que fazer. Dê o governo o bom exemplo de no começo da sessão indicar certo numero de providencias importantes, de que as camaras logo se possam occupar.

As camaras pedimos que lhe dêem logo a devida attenção, — que não guardem tudo para a ultima hora, como é costume, porque assim teremos a continuacão do deploravel systema, que

temos seguido. Systema desgraçado, que não serve senão para desacreditar o systema representativo, e que é uma vergonha na epocha actual.

Os defensores do sr. Basilio esquecem o que escreveram, e escrevem não sabendo, que cada vez mais compromettem o seu pobre cliente.

Quando asseguravam que os acontecimentos do Braçal não tinham surgido inopinadamente, antes tinham sido obra da premeditação, que toda a gente o sabia, e nem criam que alguém procurasse disfarçal-o; quando nos diziam, que a romaria da Senhora da Saude fôra o ponto dado pelos tumultuarios para reunirem; então tinha o sr. Basilio feito quanto devia, para prevenir aquelles acontecimentos, e perguntavam confiadamente, que mais cumpria fazer ao sr. governador civil?

Agora deslembrados de tudo isto, confessam que mais se podia fazer, e que mais se faria, se não se ignorassem os planos dos incendiarios da Mallhada. Agora somos nós os culpados por não havermos prevenido a auctoridade, pois que se o tiveramos feito teria ella redobrado de vigilancia, ou iria pessoalmente ao local da projectada reuniao.

E não se envergonham de escrever isto, e não lhes dóe a consciencia d'assim injuriarem o sr. Basilio!!

Pois em negocio de tanta monta devia a auctoridade esperar e carecer das nossas informações para ser devidamente vigilante?

Não devia ella pôr de parte por algum tempo os espinhos agudos e retinctos de sangue, da politica, para cuidar d'interesses tão importantes? Mas nem á ignorancia podem recorrer. Todos viram os repetidos annuncios dos srs. Feuerheerds, e todos sabem que ali se disse, que estes srs. preveniram o sr. Basilio, de que a força que estacionara em Cambra havia retirado, que se espallava, e elles temiam que da romaria da Senhora da Saude viessem atacar o Braçal, que tomavam as possiveis precauções, e pediam providencias.

Neguem estes factos, ou digam-nos se ainda eram necessarias as nossas prevenções. Não eram. Tinham informações insuspeitas, e mais que sufficientes para dever redobrar de vigilancia. Se o não fizeram, é porque não quiseram.

Do publico soubemos, como todos podiam saber, os planos dos incendiarios da Mallhada, e cumplices só são os que podendo e devendo prevenir aquelles acontecimentos, não curavam d'isso para se occuparem dos espinhos agudos e retinctos de sangue, da politica.

Do actual governo, dizia o outro jornal da localidade em 21 de maio do corrente anno:

«O governo, que actualmente se acha á frente da administração superior do paiz, foi, na sua origem, um grande ataque contra as praxes constitucionaes; e é, na sua permanencia nos conselhos da corôa, um grande escandalo politico, um epigramma pungente á liberdade, e um perigo eminente para a nossa autonomia.»

«O governo actual, subvertendo todos estes elementos da nossa existencia politica, predispõe-nos a esperar d'elle os tres maiores flagellos que podem ferir Portugal. Digamol-o sem reboço; da conservacão deste governo teremos tarde ou cedo:

«O seisma.  
«A guerra civil.  
«A bancarrota.»

Ora sendo esta opiniao de tão conscienciosos escriptores, não é d'estrannhar que a ter morrido ao nascer a revolta de Braga, se attribua a contra-marcha, e o apoio que hoje promettem aos ministros que deviam recolher-se, antes d'amaldiçoados pelo povo, á vida privada d'onde nunca deveriam sair.

## ESTRADA DO BOCO

Um anonimo, que pertende não ser anonimo porque mora em algures e se assigna A. M. J., vem ahi no *Campeão* todo agastado, por isso que a camara municipal d'Anadia teve a petulancia inaudita de fazer ao governo algumas considerações tendentes a demonstrar a conveniencia de trazer a estrada do Boco á estação do caminho de ferro em Mogofores. E tão agastado vem que, sem alguém o provocar, se lança logo no campo das mais stultas recriminações, e, para fugir á discussão, proclama ao seu povo com a energia, que nem mesmo Napoleão I costumava desperdiçar fóra dos cazos extremos!

E' deploravel tal gesto; — chegamos a ter dó do sr. A. M. J., porque temos receio de que não possa com tanta gloria! A questão merece a

pena de discutir-se, mas como gravidade, examinando desapaixonadamente as rasões, que podem apresentar-se para convenientemente resolver. O governo, que seguramente não hade ver as cousas pelo prisma do sr. A. M. J., precisa considerar a maior, ou menor somma de conveniencias, que ha em trazer a estrada a Mogofores, ou a Oliveira e decidir-se segundo ellas. E' o que a camara d'Anadia pede. Que se estude por homens conscienciosos a questão e se decida com imparcialidade, não é pedir muito.

E' o nosso sincero desejo tambem. O governo propõe-se fazer uma estrada do Boco a Oliveira, ou a outra estação proxima do caminho de ferro do norte. Mas com que fim?

Seguramente que para facilitar a communicacão do paiz adjacente com estes dous pontos extremos, um dos quaes toca no caminho de ferro e o outro na via fluvial, que está em contacto com Aveiro e sua grande bacia maritima. Não é certamente por esperar que os objectos transportados por esta via fluvial venham ao caminho de ferro em Mogofores, ou Oliveira, por que tendo ella a estação tambem em Aveiro, mais facil é transportal-os ali por que a distancia é a mesma aproximadamente e os transportes por agua são indubitavelmente os mais baratos. Não é tambem por esperar que pelo caminho de ferro se transportem objectos, que se destinem a embarcar no Boco, por que pela mesma forma esses objectos vem de preferencia á estação d'Aveiro. Não é certamente mesmo porque possa fundamentadamente esperar que os objectos destinados a consumo, ou exportação n'um raio de trez, ou mais kilometros do Boco, Oliveira, ou Mogofores se aproveitem desta estrada para irem ao ponto opposto, porque os vizinhos do Boco procuram sempre este porto e não o caminho de ferro a umas poucas legoas de distancia; — e os de Mogofores e Oliveira aproveitarão o caminho de ferro proximo seguramente.

Não é para com o intuito de communicar o Boco com Oliveira ou Mogofores, que se faz a estrada. E se é com esse fim, então podemos já concluir em favor de Mogofores, por que d'aqui ainda se pode esperar que alguma cousa vá ao Boco, e d'Oliveira não, porque tem a trez kilometros o porto de Fermentellos em communicacão fluvial igualmente comoda com Aveiro, quando para o Boco tem de percorrer mais de trez legoas. E Mogofores não está nessas circumstancias, porque fica 8, ou 9 kilometros mais distante, do que Oliveira, de Fermentellos.

Mal podemos ajuizar já das profundas alterações que a viação do caminho de ferro hade produzir aqui na circulaçã; — mas, se nós quizermos esquecer d'ellas e interrogar somente o passado, acharemos que de Mogofores e da todo o paiz ao poente se tem exportado muitos objectos pelo Boco, em quanto que de Oliveira e vizinhanças cremos que nem um carro ainda ali se dirigio. Seria realmente absurdo que desprezassem Fermentellos, que tem á porta e está nas mesmas condições, para irem ao Boco a uma distancia quatro vezes maior.

De que serve pois a estrada? Pura e simplesmente de communicar o paiz adjacente a ella com estes douts pontos; — com a via fluvial no Boco, — com o caminho de ferro em Oliveira, ou Mogofores. Qual destes douts pontos deve preferir-se neste intuito? E' esta a questão.

Do Boco á Palhaça a estrada tem de seguir certamente a mesma directriz — até ahi não ha que discutir. E d'ahi por deante, ou para Mogofores, ou para Oliveira, a estrada aproveita sem duvida ao paiz, que atravessa, e por isso quem fica mais proximo do traçado, que conduz a Oliveira, tem indisputavel direito a interessar-se por este; mas, para ser justo, não pode extrannhar que aquellos, que ficam mais proximos do que conduz a Mogofores, se interessem tambem por este. O governo porem é que tem a considerar as questões debaixo d'outro ponto de vista. Se pode e quer construir ambas as estradas, estimaremos muito que o faça.

Se porem quer fazer só uma dellas então a preferencia da que deve vir a Mogofores é incontestavel.

Da Palhaça a Oliveira a estrada não atravessa provavelmente senão Malhapão, porque Villaverde mesmo tem de ficar um pouco ao Norte, se ella se dirigio ao sitio, onde vae construir-se a estação d'Oliveira. E Malhapão não

aspira ás honras de cidade; é uma aldeia de 50, ou menos fogos. Não atravessa assim a estrada, senão a freguezia d'Oliveira em parte, por que a do Troviscal tem de ficar mais ao sul.

Pelo contrario da Palhaça a Mogofores a estrada tem d'atravessar a importante freguezia da Mamarrosa, — a do Troviscal talvez, — a de Sangalhos no lugar da Amoreira da Gandara, que não é menos importante que Malhapão — seguir d'ahi á freguezia d'Ancaes e atravessar em parte a de S. Lourenço até que termina em Mogofores. Ora digam-me, — pode alguém negar que o paiz atravessado por esta estrada é trez, quatro, ou cinco vezes mais importante do que o outro?

E' impossivel a duvida. Não queremos que o creiam só porque o dizemos — mande o governo estudar conscienciosamente a questão — que desde já accetamos o voto dos juizes, sejam elles quem forem. Todo este paiz tem arroz, e vinho e mesmo madeira para exportar; — mas a area, com relação a Mogofores, é muito maior e mais bem cultivada. E Ancaes e Mamarrosa tem magnificos depositos calcareos, que estão sendo explorados em larga escala. Esses productos, ainda podem hesitar entre o Boco e o caminho de ferro, attenta a distancia e barateza de transporte, em quanto que os outros não estão nessas circumstancias; — procurarão o caminho de ferro, ou a via fluvial, conforme a distancia, a que ficarem delle. As conveniencias economicas serão sempre melhor apreciadas pelo bom senso do povo, do que pela *utilidade logica* do sr. A. M. J.

As cifras são aqui eloquentes. A parte da freguezia d'Oliveira, que atravessa a estrada, isto é as povoações que ficam ao poente do caminho de ferro, não comprehendem talvez 300 fogos, — em quanto que a freguezia da Mamarrosa tem mais de 500 — a de Sangalhos, a que aproveita a estrada, mais de 250, — Ancaes 80 — e S. Lourenço mais de 300.

Sou extranho ao começo da polemica, que se engajou a este respeito; mas vendo agredir estúpida e malevolamente esta localidade era do meu dever não ficar silencioso. O sr. A. M. J., se pertence a algum dos tres concelhos da Bairrada, sabe bem que o d'Anadia não tem rivalidade alguma com Oliveira, ou com a Meallhada. Deseja a sua prosperidade e não pode levar a mal que os seus filhos cuidem dos interesses da sua localidade. Mas tem incontestavel direito a castigar os insolentes, que o provocam e a repeller com indignação as calumnias, que se propagam.

A Bairrada é um grupo de povoações ruraes e todas tem os mesmos interesses. Da sua união nasceria a sua força e o augmento da sua importancia. Especuladores *sem entrannhas* tem procurado semear a zizania; — creio bem que nem para si, nem para a localidade tiraram proveito. Quando vierem a lume com disparates, não ficarão sem resposta, se eu tiver vagar.

Por agora concluo por dizer ao sr. A. M. J. que quando na imprensa se discutio a estrada que liga Aveiro com a estrada do Porto, passando por Oliveira, foi do concelho d'Anadia que sahii quem defendeu os interesses d'Oliveira. Então não havia ali talvez escriptores tão distinctos como o sr. A. M. J.

Anadia 26 de setembro de 1862

Alexandre de Seabra.

O sr. director do correio desta cidade enviou-nos a correspondencia e documentos que em seguida publicamos.

Sr. redactor.

Vou pela derradeira vez pedir-lhe que dê publicidade nas columnas do seu jornal a esta minha correspondencia e aos cinco documentos, que a acompanham.

Na ultima que eu dirigi e pedi para v. m. fazer o obsequio de mandar publicar, disse eu «que por vezes tinha pedido ao sr. conselheiro subinspector geral dos correios, que me dissesse o nome do meu denunciante, ou me mandasse um documento authenticico com que o pudesse chamar aos tribunaes para ser castigado pela calumniosa denuncia, que de mim tinha dado a s. ex.ª».

Talvez o publico duvide que eu tal pedisse ao meu chefe, e é para esse, e para esse só que eu lhe peço a publicidade dos cinco documentos que abaixo se leem.

Acrescento agora que o sr. conselheiro subinspector não annuiu aos meus reiterados pe-

didos, nem me auctorizou a dar publicidade pela imprensa a esta pendencia, nem a uma provocação formal que eu desejei fazer na forma que lhe pedia no documento n.º 2.º, talvez por julgar isto uma cousa fóra do serviço publico.

Os tres primeiros documentos dizem respeito exclusivamente á denuncia que em janeiro de 1856 contra mim deu o proprietario do *Campeão* o sr. Manoel Firmino d'Almeida Maia, e pelos quaes provo, que pedi o nome do meu denunciante.

O 4.º prova a mesma cousa, e prova mais, que o mesmo sr. deputado por Agueda Manoel Firmino deu em maio do mesmo anno outra denuncia no seu jornal n.º 417 contra o sr. director do correio d'Albergaria a Velha, denuncia identica á que contra mim deu.

O 5.º é uma carta do sr. Eduardo de Serpa, a qual mostra a resposta do denunciante, e tambem que lhe pedi muitas vezes, que me dicesse o nome do meu accusador.

Depois que os lerem, pergunto aos leitores, se sim ou não fiz todos os esforços, mais talvez que os permitidos a um empregado inferior com o seu chefe, para me dar ou a denuncia ou um documento, com que podesse desforçar me judicialmente.

Conheço, que a publicação destes documentos vae apresentar ao publico o sr. deputado por Agueda como um denunciante calumnioso; mas eu fui provocado, ou pela fingida incredulidade de seu cunhado, incredulidade que este quiz passar ao publico, ou para ter o gosto de ver o illustre presidente do municipio d'Aveiro figurar tão honrosamente.

Vou responder a uma pergunta que alguém, que me não conhece, e não saiba a historia do *Campeão* e do seu redactor, me poderá fazer.

Porque, sendo renovada a mesma denuncia no anno, passado, e nos ultimos n.ºs do *Campeão* deste anno eu não chamei aos tribunaes o editor do jornal?

Entendo, sr. redactor, que quando um homem brioso e de pundonor faz uma accusação a qualquer individuo, não a faz sem estar munido de documentos justificativos; e estando-o e sendo chamado aos tribunaes, tanto lhe deve impertar ir apresental-os, e confundir o accusado com a verdade da accusação perante o juizo correccional, como ante o jury de liberdade d'imprensa, e nunca deve questionar a competencia ou a incompetencia do juizo.

O *Campeão* em 1854 ou 1855 escreveu contra mim umas cousas, pelas quaes entendi que o devia chamar aos tribunaes.

Pedi conselho, a quem mo podia dar, qual a acção que devia intentar; e diceram-me, que a correccional; até o proprio juiz foi desta opinião.

Chamei pois o *Campeão* a uma policia correccional, e chegou, depois do processo prompto, a marcar-se dia da audiencia; mas o que nem eu, nem pessoa alguma esperava, é que viesse, como veio, o editor agravar para a relação do Porto dizendo, que aquelle caso não era para ser decidido correccionalmente, mas sim pelo jury de liberdade d'imprensa: todos ficaram menos admirados do requerimento do editor do *Campeão*, do que do despacho do juiz, que accetou o agravar nos dois effeitos devolutivo e suspensivo, e por consequencia tinha de ficar adiada a audiencia até se decidir o agravar: eu vendo estas miseráveis chicanas disisti da acção.

El quer o publico saber, quem era o juiz? Era o sr. Valentim Marcelino dos Santos, que nesse tempo era tambem redactor do *Campeão* e como tal suspeito para o editor.

Em 1856 escreveu o *Campeão* que o governador civil d'Aveiro, então o sr. Anthero Albano da Silveira Pinto, era corrupto, ladrão, e concussionario, que por si ou por outro comprara louças de contrabando importadas no vapor «Duque de Saldanha», e que tinha as provas em seu poder.

Fez depois o editor do *Campeão* o sr. Manoel Firmino d'Almeida Maia uma petição para justificar estas accusações no juizo d'Estarreja. Querellou delle o sr. Anthero. Sendo chamado a perguntas o sr. Manoel Firmino respondeu «que não teve em vista difamar ou injuriar o querellante, porquanto, bem persuadido estava, de que elle não é concussionario, fazendo d'elle nesta parte o melhor conceito que é possível; verdade esta que estava prompto a declarar pela imprensa, ou por outro qualquer meio!!!»

Declarou mais o sr. deputado por Agueda, «que o fim porque tinha apresentado as expressões querelladas fóra só pelo desejo que tinha d'alcançar um documento, que lhe servisse de meio de defeza contra as querellas intentadas pelo mesmo sr. Anthero contra o *Campeão* do Vouga!!!»

Ainda disse mais «que nunca asseverara no *Campeão* do Vouga, de que era redactor, que o sr. Anthero por si ou por interposta pessoa comprasse ou mandasse comprar louças importadas pelo vapor «Duque de Saldanha», pelo contrario no seu conceito, o suppe, não só como auctoridade, mas como particular, limpo de mãos!!!»

Depois de factos desta ordem, quem por cousas que diga semelhante jornal o chamará aos tribunaes?

E isto são factos, em no-so poder está a certidão do depoimento do sr. Manoel Firmino nesta pendencia.

Mais alguns factos podia citar como o do actual sr. administrador deste concelho, que tambem chamou o jornal aos tribunaes; o do sr. dr. Luiz Regalla etc. e de todos se conclue que todas as vezes que com chicanas ou amnistias pôde fugir dos tribunaes, foge, e não podendo e

comparecendo faz a mais vergonhoza e noventa retractação.

Mas o actual redactor e editor do *Campeão* como redactor e editor, merecerá mais consideração no que diz?

Respondem por nós os artigos que ha mais de oito annos escreve no *Campeão*. E que vemos nelles? Um verdadeiro grimpia em politica, escrevendo sempre segundo as suas conveniencias pessoais; o que hoje eleva ao setimo ceu, á manhã inferna-o. Aqui se allia por dinheiro com os maiores facinorosos, endeuzando-os (como repetidas vezes lhe tem dito diversos jornaes do paiz): acolá ameaça com a sua clavina á Menid, ou antes com a sua péca raiada (o *Campeão*) o tímido e incauto, para que ou lhe dê dinheiro, ou publicará uma correspondencia, que contra elle tem, como já disto o accusou o jornal a «Imprensa», que nesta cidade se escreveu: mais além, e sempre, fazendo do jornal uma verdadeira estatua de Pasquino, onde a vida publica e particular de centenares d'individuos é hoje accusada para amanhã ser louvada ou vice-versa.

Exemplificarei o que me lembrar sobre este assumpto; mas asseguro aos leitores que me hão de esquecer muitos casos.

Que cousas não dice este redactor contra os senhores José Luciano de Castro, e Francisco Joaquim de Castro? A este ultimo fez accusações serias e gravissimas, e da mesma seriedade e gravidade as fez ao escriptor de fazenda o sr. Manoel Ferreira Correia de Souza, o qual accusou de muitos desaforos e delapidações, pedindo a demissão delle como exemplo de moralidade e chamando-lhe *Lazaro moral*; ao sr. Celestino quando administrador em 1858; ao sr. Anthero Albano da Silva Pinto nos ultimos 4 annos do seu governo neste districto; ao sr. D. João da Camara como secretario geral em 1858; a o proprio sr. Bettencourt na mesma data e no mesmo n.º do jornal. São quatro os metralhados neste n.º, a saber os dois ultimos, o sr. Manoel Ferreira, e o sr. Celestino e assignado o artigo com o nome delle; a alguns destes já vimos depois fazer-lhes os maiores elogios, e prompto estará a fazel-os áquelles, a quem ainda os não fez.

O que não dice contra o sr. Bente de Magalhães em 1856? E aquella insinuação perfida e malevola de moedeiros falsos em Aveiro?!

Quantas insinuações e accusações infames contra o sr. Antonio José d'Avila e Carlos Bento para agora nos dizer, que o primeiro é o unico homem capaz de salvar o paiz, e o primeiro estadista e financeiro!

Que elogios que apothosis que não fez em centenares d'artigos assignados por elle do sr. José Estevão, para agora dizer delle as maiores vilezas e infamias, e o mesmo do sr. Mendes Leite!

Vou rematar estes exemplos com aquelle que até hoje me tem causado maior nojo, e estou convencido que o causaria á propria pessoa a quem diz respeito; quero fallar do que se deu com o sr. dr. Francisco Antonio de Rezende.

Nunca vimos accusações mais serias e graves do que as feitas em muitos artigos assignados pelo redactor do *Campeão* ao sr. Rezende, não foi só a sua vida publica, foi tambem a particular devedada e trazida para a imprensa com as mais infamantes accusações: podia citar-lhe muitos n.ºs do *Campeão* em que vem estes artigos, mas basta-me citar os n.ºs 465 e 467 de 1856.

Repugna-me apresentar aqui trechos des dois n.ºs do *Campeão*, mas o que me não repugna é apresentar em seguida o que o mesmo redactor escreveu no n.º 1067 de 20 do corrente, que para não perder o merecimento vae na integra.

«Ao sr. ministro do reino  
«O lugar de director do hospital das Caldas vagou por fallecimento do sr. Ginioux de Campos. E' occasião pois de se praticar um acto de justiça, que honrará o illustre ministro do reino.

Ninguém ignora neste paiz os serviços do sr. Francisco Antonio de Rezende, e a situação em que elle hoje se acha. Recommendamos o seu nome com a consciencia de que cumprimos um dever sagrado. O merito e os serviços do sr. Rezende não podem ser compensados com tão tenue collocação; no entanto o seu despacho será uma demonstração dos bons desejos do governo, demonstração que nós pedimos e que apreciamos.

A situação do sr. Rezende, se é honrosa para s. ex.ª, é de completa vergonha para o paiz e para o partido liberal.

Serviços muito poucos os tem prestado maiores; d'abnegação e desinteresse é modelo o sr. Rezende; mas ingratião maior ainda ali se não praticou com ninguém.

Salve-nos o sr. Anselmo Braamcamp da vergonha que a situação do sr. Rezende está constantemente infringindo ao partido liberal.»

Diga-me, sr. redactor, se, depois do que se acaba de ler, alguém viu cynismo mais torpe, revoltante e asqueroso?

Diga-me o publico se o homem que preza a sua dignidade depois d'isto pôde ou deve tirar algum desforço nos tribunaes das accusações feitas em um tal jornal, e por um tal redactor?

E' impossivel. Desprezo, mais desprezo, muito desprezo por um e outro é a unica satisfação, que decentemente se lhe pode dar.

Eu pelo menos assim prometto fazer, podendo d'ora ávante dizer de mim o que quizer como empregado, ou como homem.

Se o meu denunciante de 1861 e 1862 tem os documentos e as testemunhas que faltaram ao meu denunciante de 1856 acuda pressuroso com ellas a este, e renove a denuncia, com o que

consegue dois fins, tira o rotulo infamante de denunciante ao cunhado, e vê-me mettido em processo e castigado.

A linguagem do redactor do *Campeão* é muito grosseira, desbragada e vilã para que eu lhe responda. Bem sabe onde, e com quem a apudou: é a verdadeira bitola da sua esmerada educação. Guarde-a, não a desperdice tanto e com tantos: bem poupadinha pode continuar a aufferir d'ella mais lucros além dos que já tem tirado. E' uma mina que bem explorada pôde dar-lhe para viver vida regalada, e com geral admiração.

Sou com consideração e estima  
Aveiro 27 de setembro de 1862

De v. etc.  
José Christipiniano da Fonseca e Brito.

(1.º)  
Illm.º e exm.º sr.

Accuso a recepção do officio de v. ex.ª com data de 31 de janeiro passado, e com o n.º 293, e respondendo ao mesmo cumpre-me dizer o seguinte:

Gelou-me de horror o seu contheudo! V. ex.ª diz que peza sobre mim uma accusação gravissima, qual é a de ter interceptado algumas correspondencias!!! Releve, porem, v. ex.ª que lhe diga, que não é uma só accusação, que peza sobre mim, mas duas, e não sei qual d'ellas será de maior descredito. A interceptação de cartas é prova de grande maldade e prevaricação. Devassar e publicar o segredo dellas, é prova de rematada loucura.

Já vê pois v. ex.ª que eu sou accusado de louco e prevaricador. Quem como eu sempre timbrou em seguir pontualissimamente o caminho da lei e do dever em toda a sua vida publica não pode tolerar o pezo de tão atrozes accusações, sem que se siga de prompto uma justificação cabal e plena, ou ponha nas mãos de S. M. o emprego que lhe foi confiado. Como v. ex.ª diz que peza sobre mim aquella accusação gravissima, é por que ella se não fez aceriamente, mas em forma solemne e procedente.

V. ex.ª em quem reflecte a boa reputação, ou o descredito de seus empregados, não pode deixar de querer o meu prompto desforço. Por isso lhe rogo com muita ancia, que se digno enviar-me a accusação escrita, que se me fez, para que eu não só ante v. ex.ª dê as razões justificativas da minha innocencia, mas tambem para que ante os tribunaes confunda o vil calumniador, aonde espero, que seja devidamente punido, não só para castigo seu, mas para exemplo e emenda de tantos malvados, de que o paiz abunda, que se não cansam de pejar as repartições publicas para satisfação de mesquinhas vinganças, com as mais falsas e acincozas calumnias.

Eu entendo que este negocio não envolve segredo, nem elle aproveitaria senão a mim, mas como eu não receio, que se exponham em publico pelourinho todos os meus actos, se v. ex.ª me privar por muitos dias da accusação escrita e autentica em modo que possa basear a minha justificação e desforço, o pezo daquella não consentirá que eu deixe de immediatamente trazer esta occorrença para a imprensa, assim como de provocar para ella a todos aquelles, a quem tenha causado detrimento, ou injuria, por falta de cumprimento dos meus deveres em todos os cargos publicos, que tenho servido, e maiormente no de director do correio desta cidade desde outubro de 1856.

Deus guarde a v. ex.ª — Aveiro 4 de fevereiro de 1856.

Illm.º e exm.º sr. conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino.

O Director,  
José Christipiniano da Fonseca e Brito.

(2.º)  
Illm.º e exm.º sr.

Accuso a recepção do officio de v. ex.ª com data de 8 do corrente e sob o n.º 399, prevenindo-me de que pelo M. P. serei chamado a justificar-me das arguições que me foram feitas.

Como v. ex.ª me não assevera, que dessa repartição emanam as ordens para esse fim, isto é, a participação da prevaricação que me assacam, pôde muito bem ser que o calumniador, instando pela minha punição a v. ex.ª, recebesse em resposta que era mister comprovar os factos arguidos, e que, á mingua de documentos, que elle de certo não tem, v. ex.ª lhe indicasse a necessidade de me accusar e convencer nos tribunaes, accusação, que elle talvez declarasse que ia fazer. Sendo assim, tenho a convicção de que ella se não fará, o que amargamente sentirei, porque nenhuma cousa, hoje, de-sejo tanto, como é ver-me a braços com essa accusação; tanto para tranquilidade da minha consciencia, como para demonstrar a v. ex.ª que não está encarregada esta repartição a um director prevaricador.

Ainda repito que os alevites que se me imputam refletem todos em v. ex.ª, porque não deve conservar máos empregados.

Releve v. ex.ª que eu lhe lembre a necessidade que tem de se esforçar para que este negocio se esclareça pelos tribunaes ou pelo meio que julgar mais adequado, e contudo fará v. ex.ª nisso a mim um obsequio grande pela altura a que esta occorrença tem chegado, porque, segundo me consta já, é do conhecimento de muitas pessoas, a algumas das quaes devo particular amizade, que não quero ver entibiada por desmazelo meu em justificar uma reputação de que eu sei que nunca duvidaram um só mo-

mento. V. ex.ª é um cavalheiro de tal probidade e honra, que justamente avalia o damno irreparavel que soffre a reputação d'um homem de bem, quando se não justifica em continente mesmo de boatos a esmo, que sahiram de linguas mentirosas e pestilentas; por isso é minha tenção, no caso de se demorar muitos dias a minha accusação, *procurar solememente* pela imprensa, a todos aquelles que, ou tenham sido agravados ou mesmo tenham conhecimento de prevaricações minhas em toda a minha vida publica.

Creio que nesta provocação não deslizo dos meus deveres, nem desconsidero a pessoa de v. ex.ª, em quem espero encontrar a approvação deste meu proceder.

Deus guarde a v. ex.ª — Direcção do correio d'Aveiro 13 de fevereiro de 1856.

Illm.º e exm.º sr. conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino.

O Director,  
José Christipiniano da Fonseca e Brito.

(3.º)  
Illm.º e exm.º sr.

No seu officio de 8 de fevereiro do corrente anno, teve v. ex.ª a bondade de me communicar que brevemente eu seria chamado a juizo, a requerimento do M. P. para me justificar das arguições que me tinham sido feitas.

Soube extrajudicialmente, que da Procuradoria Regia baixou ao delegado do P. R. nesta comarca ordem para requerer contra mim ante do corpo de delicto, pelas mencionadas accusações. Do mesmo modo soube, que não tendo elle documentos nem sabendo de testemunhas, que fizessem prova, officiou ao denunciante para que lhe subministrasse uma ou outra cousa, ou ambas. E ainda extrajudicialmente sei, que tendo decorrido muitos dias, o delegado nada requereu, por lhe ter respondido o denunciante, que nem documentos nem testemunhas lhe podia por ora subministrar, havendo sido mister para obter esta mesma resposta, que o delegado segunda ou terceira vez lhe officiasse.

Tambem me consta, que o delegado depois d'isto participara ao procurador regio a impossibilidade que havia de fazer obra sem provas, pedindo l'has, se porventura as tivesse.

E' verosimil, que ao receber este meu officio, já v. ex.ª esteja de tudo informado pela procuradoria regia.

E' certo porem, que não havendo provas, nenhum processo se pode fazer, e menos vir a publico a accusação, para eu me poder justificar. Todavia, elle não só aqui, mas fóra, tem tomado vulto, e chegado ao conhecimento de muitos.

Logo de principio eu suppe, que o meu denunciante não podia ser outro senão Manuel Firmino d'Almeida Maia, editor do jornal *Campeão do Vouga*, que aqui se publica, não só porque tem por habito empregar a calumnia contra as pessoas a quem é desafeitado, e v. ex.ª o sabe em relação a mim, por não ser esta a vez primeira, que elle falsamente me denunciou, mas tambem porque jactancias imprudentes vieram esclarecer as minhas suspietas, e mesmo porque ultimamente no jornal que incluso remetto, nas expressões, que vão sublinhadas, faz allusão directa e clara ao objecto da sua denuncia.

Já vê pois v. ex.ª, que o meu caluniador é aqui quasi universalmente conhecido como tal, e por isso nenhuma consideração deverá estorvar a v. ex.ª de me habilitar com o documento autentico da sua denuncia, para eu poder requerer contra elle nos tribunaes a punição de tão negro crime.

Nem v. ex.ª, funcionario de tanta intelligencia, probidade e rectidão, como todo o paiz reconhece, deverá querer que um crime qualificado tal, e punido pelo artigo 245 do Cod. Penal, fique sem castigo condigno, facilitando-se assim ao caluniador o repetir a mesma e outras calumnias quando tiver na vontade, sabendo que o faz impunemente.

Rogo pois com muita instancia a v. ex.ª, que não proteja o meu caluniador contra a acção da justiça á custa do meu descredito. Não disse bem, á custa do descredito de todos os funcionarios de probidade, que ficarão expostos aos seus alevites, sabendo que os pode fazer sem pena.

Quem sabe se v. ex.ª mesmo pelo resentimento que fica ao caluniador, de me não castigar, pelas simples asserções delle, será tambem em pouco tempo o alvo de suas calumnias? O que é certo, é que aquella de que sou victima, é já muito conhecida, e pôde deturpar a minha reputação, e é absolutamente indispensavel, que eu me justifique.

Se contudo v. ex.ª entende que ha outro meio, que substitua completamente, o que eu indico, com elle ficarei satisfeito.

Deus guarde a v. ex.ª — Direcção do correio de Aveiro 24 de março de 1856.

Illm.º e exm.º sr. Conselheiro Sub-inspector Geral dos Correios e Postas do Reino.

O Director,  
José Christipiniano da Fonseca e Brito.

(4.º)  
Illm.º e exm.º sr.

Manda-me v. ex.ª, no seu officio de 20 do corrente com o n.º 1338 responder a uma arguição feita pelo jornal *Campeão do Vouga* no seu n.º 417, em relação a uma carta, que, diz o editor daquelle jornal, remettera a um director de correio proximo a esta cidade, e que em logar de a dirigir ao seu destino fóra entregue pelo mesmo director a um individuo, que a sumio ou abrio, e revellára o sigillo da mesma carta.

Do mesmo jornal facilmente se vê, que a arguição não é feita a mim, e por isso não posso responder como v. ex.<sup>a</sup> me ordena.

A parte do artigo do mesmo jornal, em que se queixa das faltas que os seus assignantes lhe accusam na entrega do seu jornal, a esta já eu respondi no n.º 40 do jornal o *Imparcial*, e no n.º 41 deste jornal, vem uma correspondencia do exm.º sr. José Henriques Ferreira, irmão do director accusado, que bem mostra o fundamento, com que aquelle editor do *Campeão do Vouga* (useiro e veseiro a fazel-as) fez esta.

Finalmente o accusador encarregou-se de dar a si mesmo o desmentido, por que dizendo, que tinha remetido a carta a um director de correio, e sendo este o d'Albergaria a Velha, vem dizendo no n.º 419 do seu jornal «que o sr. Antonio Augusto Henriques Ferreira (que é o mesmo director do correio d'Albergaria) é de muita probidade.»

Releve v. ex.<sup>a</sup> que eu aproveite esta occasião para lhe dizer que se aquelle editor fôra devidamente castigado por uma identica columna, que contra mim teve o arrojado de levar a escrever a v. ex.<sup>a</sup>, elle seria mais cauteloso em não manchar as reputações alheias; mas elle vê que ficou impune e eu manchado, porque nem ao menos publicidade dei pela imprensa de ta' pendencia, por falta d'authorisação de v. ex.<sup>a</sup>, e então campêa orante, e espero que não ha de ficar só n'isto, irá muito mais além.

Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> — Direcção do correio d'Aveiro 24 de maio de 1856.

Illm.º e exm.º sr. conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino.

O Director,

José Chrispiniano da Fonseca e Brito.

(5.º)

Illm.º sr.

Só hoje posso responder á carta de v. s.<sup>a</sup> de 24 de outubro findo, e não o farei com aquelle desenvolvimento que deseja, porque receio dar inteira publicidade a objectos que prendem com o serviço publico a meu cargo.

Direi apenas o que julgo compativel com a reserva que deve sempre haver em taes assumptos, até porque não quero concorrer para se augmentarem os odios e malquerenças, de que só provem o transtorno da ordem publica, sem vantagem conhecida.

E' pois verdade ter recebido ordem em fevereiro de 1856 para proceder contra v. s.<sup>a</sup> por virtude de queixa que fôra dirigida á sub-inspecção geral dos correios, sendo ahi v. s.<sup>a</sup> arguido de haver interceptado a correspondencia de uma senhora para Francisco de Castro Mattoso Corte-Real, actual delegado na comarca da Feira, divulgando o contheudo dessa correspondencia.

Como se me não davam esclarecimentos alguns sobre este facto, entendi que devia dirigir-me ao denunciante para me indicar os nomes das testemunhas que podessem depôr a tal respeito, pois era forçoso principiar o processo pelo corpo de delicto, e sem testemunhas fôra impossível formal-o.

Não tive resposta ás primeiras requisições, escusando-se a final a pessoa a quem assim me dirigi com o fundamento de que «carecia de tempo, porque no estado em que se achava Aveiro não era possível evidenciar então o que mais tarde se provaria plenamente; e que se reservava para opportunamente requerer sobre o objecto o que lhe conviesse.»

Em vista d'esta resposta, que remetti por copia a quem competia, declarei não poder instaurar processo algum, porque faltava-me a base.

Parece que v. s.<sup>a</sup> fôra prevenido pela sub-inspecção de que este negocio havia sido devolvido ao Poder Judicial; e por isso algumas vezes me interrogou a tal respeito, sollicitando a possível brevidade, para ter occasião de justificar-se. Recordo-me de que informei v. s.<sup>a</sup> do que deixo referido; mas sempre lhe occultei o nome do denunciante, assim como agora o não declaro, pelos motivos que acima exponho.

Sou De v. s.<sup>a</sup>

Aveiro 13 de novembro de 1861

Am.º att.º ven. e obrig.º

E. de Serpa.

## EXTERIOR

Apesar de havermos publicado as communicações officiaes do conflicto de Aspramonte, vamos em seguida traduzir o relatório sobre aquelle acontecimento feito pelos officiaes de estado maior de Garibaldi:

«Bordo da fragata a vapor «Duque de Genova», 31 de agosto de 1862.

«A columna commandada pelo general Garibaldi viu-se obrigada pelas circumstancias, e em consequencia da difficuldade em atravessar o mar, a deixar na retaguarda grande parte dos seus voluntarios. Outra parte havia-se dispersado, extenuada pela fome e pela fadiga de longas e desastrosas marchas.

«Na tarde do dia 28 de agosto, acampou n'este estado nas alturas de Aspramonte, ao nordeste, na provincia de Reggio, Calabria, no lugar propriamente chamado *La Forestali*.

«A força da columna estava reduzida a uns 1,500 homens.

«Garibaldi tinha estabelecido o seu quartel general em uma pequena habitação das poucas que existem n'aquella vasta planicie.

«A noite de 28 a 29 foi feia e chuvosa.

«Os voluntarios mal podiam conservar o fogo que tinham acendido com grande trabalho.

«Na tarde de 28 e na manhã de 29, distribuiram-se algumas escasas munições de boca, chegadas das provincias vizinhas.

«Como porém a columna era mui numerosa para poder subsistir n'aquelle paiz, o general tinha resolvido dividila em duas, para chegarem ao mesmo ponto por diferentes caminhos.

«Enquanto ás tropas regulares italianas tinham chegado a 28 a Arei, a parte dos voluntarios estava em Padargoni e Santo Estevão.

«Estavamos separados um ou dois dias de jornada, o muito.

«As tropas chegavam ás povoações, quando os voluntarios sabiam.

«Os voluntarios tinham recebido ordem terminante e expressa de não atacarem nem defender-se, e de só marcharem com rapidez. Era isto o que se queria.

«A 29 de agosto, pouco antes do meio-dia, o general Garibaldi mandou levantar o campo das *Selvas d'Aspramonte*. As tropas regulares tinham chegado a vespera, de tarde, a Santo Estevão. Com duas horas de marcha chegavam á altura que occupavamos.

«Sempre com o fim de evitar um recontro com as tropas, mandou o general atravessar um pequeno arroyo e dirigir-se ao norte sobre uma colina.

«Detivemo-nos a meio caminho, justamente aonde começa um denso bosque.

«Ali já a columna teve que fazer frente á tropa que se adeantava para nós e que apparecia tambem nas proximas alturas.

«Avançamos para o bosque.

«Evidentemente a intenção de Garibaldi não era combater, mas, como sempre, queria evitar, a todo o custo, um encontro com as tropas.

«Garibaldi estava no centro da parte da colina occupada pela nossa columna.

«Mandou de novo officiaes renovando a ordem formal de não fazer fogo, enquanto examinava tudo com os seus proprios olhos.

«As tropas continuavam a avançar com os seus *bersaglieri* na frente a marche-marche.

«Do seu centro estendiam-se para a direita e esquerda, sem interromper a sua marcha de frente, com o fim clarissimo de nos involverem.

«As primeiras filas dos *bersaglieri* estavam já a tiro de espingarda e em posição.

«Toda a nossa columna observava em silencio.

«Alguns dos nossos, e dos mais valentes, uma vez que se não batiam tinham-se entranhado nos bosques.

«Não se tinha ainda ouvido nem um grito, nem um tiro.

«Só o general Garibaldi, que observava de pé, com a sua grande capa castanho claro, forrada de vermelho, enrolada nos hombros, se voltava de vez em quando, para dizer: «Não façam fogo!» ordem que era repetida pelos seus officiaes.

«Mas as ordens de atacar, dadas pelos commandantes das tropas, eram pelo contrario, positivas.

«Os *bersaglieri* romperam o fogo, e avançaram.

«Não houve intimação alguma anterior.

«Não mandaram nenhum parlamentar.

«O fogo de fuzilaria foi-se tornando cada vez mais nutrido. Ouviamos o sibilar das balas que cruzavam os arbustos, e se escondiam na branda madeira das arvores que nos cercavam.

«Desgraçadamente alguns voluntarios, manobros sem experiencia d'estas coisas, não puderam resistir ao espectáculo, novo para elles, d'este terrivel jogo, responderam com alguns tiros inuteis, que, todavia, custaram sangue. A immensa maioria não se moveu. O que estava de pé, de pé ficou; o que estava sentado, ficou do mesmo modo.

«Todas as cornetas, indistinctamente, dearam o signal de cessar o fogo. Todos os officiaes transmitiram de viva voz a mesma ordem. Foi esta a resposta que demos ás tropas, cujas cornetas tocavam a *avancar*, acompanhadas de um fogo mui nutrido.

«O general, em pé no meio de uma chuva de balas, gritava: «Não façam fogo!» N'esta occasião foi ferido por duas balas, uma do lado direito, outra no pé esquerdo.

«O ferimento do lado é ligeiro; o do pé é grave e perigoso.

«Garibaldi, quando se sentiu ferido, não só se conservou em pé mas tomou uma attitude magestosa. Tirou o chapéu e gritou: «Viva a Italia! Não façam fogo!»

Varios officiaes dos que estavam mais proximos conduziram-o, e collocaram-o debaixo de uma arvore, d'onde, tranquillo como de costume, continuou a dar as suas ordens. As mais terminantes foram sempre estas: «Não façam fogo! Deixem aproximal-os!»

«Em toda a nossa linha tinha cessado o fogo completamente.

«Poucos minutos depois, conduziam para seu lado seu filho Menotti, o qual, ferido na perna esquerda, se não podia conservar em pé.

«O pae e o filho estavam deitados ao lado um do outro, debaixo da mesma arvore.

«Em volta de Garibaldi, soldados e officiaes formavam circulo. Garibaldi acendeu um charuto, e poz-se a fumar, repetindo sem cessar: «Não façam fogo!»

«As cornetas continuaram a tocar — *cesse o fogo* — não para os nossos, mas para a tropa, que continuava a avançar fazendo fogo, e quando já estava proxima dos nossos.

«Voluntarios, *bersaglieri*, e soldados de li-

nhos, todos se acharam de repente envolvidos e confundidos.

«Desde que se ouviu o primeiro tiro, até esta scena de confusão, apenas tinha decorrido um quarto de hora.

«Amigos, irmãos, parentes, camaradas de centos de batalhas se encontraram e reconheceram.

«Uns vestidos de blusa escarlata, outros com uniformes militares. Houve uma prolongada troca de abraços, apertos de mão, e cumprimentos acompanhados de mutuas e severas recriminações. Mas as mais severas partiam das blusas escarlates, que presistiam em declarar que não queriam mais do que *ir a Roma*.

«Um tenente do estado-maior adiantou-se mais do que os outros officiaes, e foi conduzido á presença do general Garibaldi, o qual o olhou, ordenando-lhe que entregasse a espada.

«O tenente obedeceu, com quanto observasse que vinha como parlamentar.

«Por que não viestes antes?»

«O general com desdem lhe dirigiu estas palavras:

«—Ha trinta annos que sei o que é a guerra; sabe, pois, que os parlamentarios não se apresentam como o tendes feito.

«Tambem foram conduzidos á sua presença varios officiaes de *bersaglieri* e de linha, e tambem ordenou que lhe tirassem as espadas; mas poucos instantes depois deu ordem para que lhes fossem entregues; o que immediatamente se executou.

«Tudo isto teve lugar em muito pouco tempo, e enquanto os medicos examinavam e pensavam os ferimentos do general, o qual continuava a fumar. Insistiu em que l'has conservassem humidas, e foi preciso trazer agua de um regato proximo.

«Perguntou por diferentes vezes se seria necessaria a amputação, e n'esse caso queria que l'ha fizessem logo.

«Os facultativos responderam que não.

«O general encarregou em seguida o seu chefe de estado-maior de chamar o commandante do corpo de ataque.

«Passados vinte minutos chegou o coronel Pallavicini, que ouviu estas palavras:

«As instruções do general Garibaldi eram as de parlamentar, porque não queriamos bater-nos com o exercito italiano.»

«O coronel Pallavicini, que tambem encontrou antigos conhecidos, declarou em primeiro lugar que tinha recebido ordem positiva para atacar de qualquer maneira e em qualquer parte.»

«Perguntou se reconheciamos o rei. Responderam-lhe semelhantes perguntas eram inuteis; que bastava o programma de Garibaldi e a sua ultima proclamação da Catania.

«O coronel Pallavicini fallou de nos rendermos, e a isto respondermos que não havia rasão para fallarmos de semelhante coisa, por isso que não tinha havido combate, nem se respondera ao fogo que se nos tinha feito, por isso que os mortos e feridos da tropa só podia imputar-se a um momento de erro.

«O coronel foi conduzido perante o general; apresentou-se com a cabeça descoberta, e expressou-se com respeito. Em pouco tempo retirou-se, e varios officiaes do estado-maior de Garibaldi foram propôr-lhe o armamento da columna.

«Pallavicini respondeu, que, na sua opinião, não passariam vinte e quatro horas sem que fossem todos para suas casas.

«Concordou-se:

«Que o general Garibal, com o seu acompanhamento de officiaes, cuja lista devia dar, e aos quaes se conservariam as suas espadas, iriam para Scylla.

«Que no caminho ficaria livre para se demorar aonde melhor lhe parecesse, para descansar e para curar os ferimentos.

«Que em Scylla pediria um navio inglez para partir com os seus.

«Que a comitiva seria escoltada a certa distancia por um batalhão de *bersaglieri*.

«Quanto a um embarque em um navio inglez, observou o coronel Pallavicini, que pela sua parte não tinha a menor duvida em o fazer; mas que se julgava obrigado, contudo, a pedir instruções ao governo a este respeito.

O corpo de exercito que nos atacou:

«Do 4.º batalhão do regimento n.º 29.

«Do 4.º batalhão do regimento n.º 57.

«Do 6.º batalhão de caçadores.

«De duas companhias do 25 de caçadores, do commando de Pinelli Macedonio, que se achava presente.

(Continúa.)

## CORRESPONDENCIAS

Sr. redactor.

Paiva 25 de setembro de 1862.

Se o titulo do seu jornal indica o interesse pelo districto d'Aveiro, não posso duvidar, que me aceita por seu correspondente neste concelho de Paiva, onde os acontecimentos se succedem quasi sem interrupção, mas que se ignoram completamente, e as autoridades superiores, parece que se esqueceram, de que este concelho é digno de gosar a mesma liberdade, as mesmas garantias, a mesma protecção da lei, que gosam as demais terras deste reino, e não d'estar em permanente suspensão de garantias constitucionaes; e supplicando-lhe advogue os interesses d'estes povos, vou dar-lhe conta do primeiro facto, que sendo levado ao conhecimento do exm.º governador civil, ficou impune, e os criminosos premiados. Agita-se neste julgado de Paiva uma ac-

ção de ração de foro entre Antonio Corrêa da Rocha Guimarães, primeiro juiz ordinario substituto deste julgado, e Manuel José, e mulher, da Carreira de Sardoura, e procedendo-se á louvação dos bens sujeitos ao foro, em acto de vistoria, de que é escriptivo João José Pinto Camello Coelho, este deixando-se corromper por aquelle Antonio Corrêa truncou os autos, extrahiu a louvação, e servindo-se unicamente das assignaturas dos louvados, lhe introduziu outra em favor daquelle Corrêa, e prejuizo de Manuel José em um conto de réis aproximadamente.

Ainda aqui não parou o criminoso — passou a viciar a procuração que Manuel José havia junto aos autos, e viciou-a introduzindo-lhe o nome de um ignorado procurador, e para melhor encobrir essas falsificações, passou sempre a apparentar que fazia a Manuel José as intimações, com certidões falsas, e ultimamente, para que nada respirasse, intimou a sentença ao improvisado procurador, este guardou segredo, e a sentença passou em julgado, e Manuel José ficou roubado.

Manuel José instaura a acção de nullidade, accusa as falsificações feitas naquella acção, reclama a junção d'esses autos aos desta acção, Corrêa, e Camello oppõem-se, o juiz ordinario, collega Francisco Pinto Varella, filho do actual administrador do concelho, torna-se cumplice, indifferente, agrava Manuel José para o juiz de direito, este dá provimento, o juiz Varella não cumpre o despacho superior, apoiando os requerimentos de Corrêa collega, e as falsas informações de Camello, Manuel José agrava segunda vez, o juiz de direito manda cumprir; mas o juiz Varella, que não pode deixar de cumprir, marca dia para a entrega; Camello oppõe-se por um requerimento, o juiz attende a suas demasias, e a final, no dia 1.º de agosto chegou-se o juiz a casa do Camello, e ali se principia a entrega; Camello, per si, e acompanhado de seu procurador Augusto Soares, de Cabeças, novamente se oppõe, o juiz defere, e manda metter os autos em um cofre fechado com trez chaves, uma que entregou a Camello, a segunda ao sub-delegado presente ao acto, e a terceira que reservou para si; Camello não quer os autos em casa, e o juiz annue, e manda recolhel-os no gabinete do juiz, casa sem segurança alguma, e cujas portas e janellas ficam a maior parte das vezes abertas de noite; e é ali que o nosso juiz manda depositar papeis de tanta monta, e onde se accusavam tantos roubos e falsificações; mas ainda não pára aqui.

No dia 2 do findo agosto, entra novamente em scena a entrega dos autos, entram os mesmos actores, mas como Camello, Corrêa, e Augusto tivessem feito persuadir o juiz Varella, de que podia ganhar mais de quatro mil réis, só nas rubricas d'esses autos a entregar, este que não pode perder uma de cinco, porque os emolumentos são o principal ramo da sua industria, queria a todo o custo que Manuel José l'hos pagasse, este negou-se, Camello aproveitando esta occasião, requer que se suspenda a entrega, e o juiz com a mira nos quatro mil réis, julga o caso melindroso para deferir, o agente do ministerio publico recolhe-se ao silencio, e o nosso juiz declara-se incompetente para deferir sem recorrer ao seu accessor, manda suspender tudo, e voltou os autos para o seu gabinete, sem attender as reflexões feitas por parte de Manuel José; e indo conclusos os autos do inventario, e antes do sr. juiz haver cortado o nó gordio na noite de 6 do passado agosto, apparece arrombada a porta do tal gabinete, e a celebre caixa ou urna com os autos roubada! E sendo de notar, que até ás 11 horas da noite esteve assentado o administrador, pae do sr. juiz, defronte do tal gabinete que fica junto do tribunal logo á entrada da porta.

O procurador de Manuel José apresenta-se em audiencia de 7, dia immediato, requer publicamente que se lhe tome declaração jurada, por que os autos haviam sido roubados, por quem tinha interesse que elles não apparecessem; o juiz não lhe deu attenção, porem no dia 8 do mesmo mez, em que o procurador de Manuel José foi a Penafiel, e lhe tinha feito uma espera no caminho para o matar, e de que escapou milagrosamente, como lhe disse o regedor de Sobrado.

O administrador do concelho sabe de todos estes factos, mas, como vac feito, não faz caso; o procurador de Manuel José officia ao regedor de Sobrado a pedir-lhe protecção, e segurança; pediu ao exm.º sr. governador civil deste districto, e quer v. saber o resultado?

O administrador do concelho manda ao regedor de parochia, que lhe diga que a parte é falsa, e puga em ambas estas pegas officiaes e entrega as aquelle que por todos é indigitado (porque o tem dito publicamente) de assassinar o pobre procurador, para o chamar a uma acção correccional, e lá estão em publica fórma no cartorio do escriptivo Mendes, sendo produzidos como testemunhas, o tal José Corrêa, e outros quejandos; e que providencias deu a isto s. ex.º? congratulou-se com o seu delegado neste concelho por apoiar os criminosos, por lhe fornecer as proprias pegas officiaes, sancionou a perseguição aos cidadãos, a quem poz fóra da protecção das leis, e ordenou que de taes factos não valia a pena de se investigar.

É esta uma pequena amostra do estado essencial em que se acha este concelho, tanto na parte administrativa, como judicial, porque diz o juiz ordinario, que tanto o sr. procurador regio, como o sr. presidente da relação, são visitas de seu sogro; e que tal?

Brevemente lhe remetterei a continuação; e sou como sabe

De v. etc.

Menotti.

Amigos.

No numero passado do vosso jornal noticiastes a morte de Gabriel Pachão d'Arada, ferido nos trabalhos do caminho de ferro, dando como causa da terminação funesta o pouco cuidado no curativo. Cumpre-me declarar-vos que o doente foi entregue aos meus cuidados cinco dias depois do ferimento que soffreu no pé, e que obtive melhoras consideráveis destacando-se a parte mortificada e começando a cicatrizar, quando um padecimento intercorrente, occasionado pelo doente, pôz termo á sua existencia.

E' esta a verdade, que espero publiceis para desviar a responsabilidade de quem primeiro o tractou.

Aveiro 29 de setembro de 1862.

Vosso Amigo cordal.

Manoel Gonsalves de Figueiredo.

## NOTICIARIO

**Estrada de Esgueira a Eixo.**—Foi arrematada a conclusão da mesma estrada por tres contos e um mil reis. O deminuto preço da arrematação foi devido ao grande numero de peritentes, descendo do primeiro lanço um conto e quatro centos mil rs.

**Romaria.**—Como noticiámos foi no domingo a romaria de Nossa Senhora da Saude, na Costa Nova do Prado. Se da freguezia de Mira concorreu um pequeno numero de pessoas, subindo a milhares as que antes a ella vinham, a romaria de Nossa Senhora da Saude ha de ter sempre o mesmo valor, porque os palheiros prestam commodidades para a prolongação da romaria e porque nesta occasião se acham aqui, sempre, grande numero de familias a banhos;—circunstancias que em nenhuma outra perto de nós se dá, e que lhe garante a duração e importancia.

O que mais curioso se nos offereceu foi o grande numero de danças que nesse extenso areal se organizaram. No domingo á borda do mar, em tanto que uns se entretinham brincando com as ondas, outros mais descuidados se deixavam apanhar pela sua rapidez, ficando os pobres totalmente enopados—os povos de cada terra agrupavam-se, e cada um formava a sua dança: detivemo-nos a analisar os diversos costumes e a ver aquella que mais bonitos rostos continha e que melhor desempenhava o exercicio de suas funções, e pareceu-nos que em tudo e por tudo se deve conceder a palma ás ilhavenses.

Nos palheiros é que o trabucar tocou a raia de phrenesi: parece incrível como esta gente tinha pernas para aturar tamanha magada, naquella constante redomoinhar de danças tão agitadas. Desgraçados dos habitantes dos palheiros onde por infelicidade se estabelecem as taes danças que não os deixam pôr olho. Nós fomos uns dos martyres mais atormentados pelo zurrar de um bombo que juntamente com uma viola faziam um concerto infernal.

Na romaria não houve occorrença digna de notar-se.

**Scena curiosa.**—Hontem estando na praia da Costa Nova uma porção de barracas armadas para os banhistas tomarem banho, uma das redes que andavam no mar teve que puchar para o lado d'ellas, e na sua passagem quebrou umas e lançou por terra outras, deixando expostas á curiosidade alguns banhistas que se estavam vestindo: como se tremendo furacão ali houvera chegado, o effeito dos seus estragos viam-se por terra. Ninguém se magoou, e assim a scena não passou de grande rizada.

**Errata.**—Na noticia que demos o nosso n.º passado com o titulo de:—Seria infantecidjo?—inserta na 3.ª pag., col. 3.ª, lin. 11.ª, onde se lê:—e para que finalmente cesse de expulsar etc.,—deve lêr-se:—e para que finalmente a sociedade cesse de expulsar etc.

**Um theatro sem igual.**—Agora, que por todas as partes se constroem theatros novos não é talvez fora de proposito recordar o que fez construir Scourus, em Roma, no tempo em que foi edil d'aquella cidade.

O theatro tinha tres ordens, era sustentado por 360 columnas de marmore.

A primeira ordem era de marmore, a 2.ª de vidro e a 3.ª de madeira dourada. As columnas tinham 38 pés de altura e entre ellas viam-se 3:000 estatuas de cobre.

O interior do theatro (cavea) podia conter 80:000 pessoas.

O resto dos adornos que consistia em tapessarias, era tão consideravel que o superfluo foi mandado para Tusculum.

Este theatro só durou um mez, depois do qual foi demolido, sendo as materias removidas do local, segundo conta Plinio.

**Tolerancia religiosa.**—Lê-se na «Gazeta de Silesia»:

«Os israelitas de Katowitz inauguraram o seu novo templo, e no cortejo que sahí da antiga para nova synagoga, o clero catholico e protestante ia atraz dos quatro rabbins que levavam os rolos de pregaminho em que estão escriptos os cinco livros de Moisés.

Depois de cerimonia religiosa foi offercido um lanquete ás pessoas que tinham assistido e onde só se fizeram brindes á tolerancia, á fraternidade, e ao amor do proximo.»

## CORREIO

LISBOA 28 DE SETEMBRO

(Do nosso correspondente.)

As palavras da proclamação d'E-Rei, dirigidas aos revoltosos de Braga continuam na tela da discussão. Significa a real clemencia perdão completo para os criminosos, ou simplesmente

commutação das penas, que pelos tribunaes competentes forem infringidas aos que se levantaram contra as leis, contra as auctoridades constituídas, contra a vida e propriedade dos cidadãos? A questão não pode ser decidida pela hermeneutica partidaria applicada ás palavras do soberano. A opposição insta pelo perdão completo, e diz que não perdoar seria desconsiderar a palavra da corôa. Por esta forma acabam de se desmascarar os que acintosamente aggridem o actual gabinete. Os homens pedem o perdão, pedem? quasi que o intimam, porque as suas esperanças estão na revolta, e não querem que a justa punição vá fazer intimidar aquelles que hão de ser um dia os seus instrumentos. Elles contam naturalmente com outras sublevações, falla-se até n'um pronunciamento em Lisboa. A ambição que os cega leva-os a lançar mão dos mais torpes meios para escalamem o poder. Do desregramento da imprensa, passam para os crimes da praça publica; tudo isto revela claramente quaes sejam os seus intentos.

O que significa actualmente um grito revolucionario contra o ministerio, e a favor da santa religião? Pois estão ameaçadas as nossas liberdades? Não tem todos a facultade de fallar e escrever? Deixou-se já de re-peitar a religião dos nossos paes?

Mas a coisa não é de liberdades, nem de religião. Estas ambições insofridas de poder significam o systema de organização financeira para alguém.

Os secretos manejos da opposição não são ignorados do governo. Estão sendo vigiados alguns personagens illustres, e o ministerio está disposto, como lhe cumpre, a proceder energeticamente, em ordem a que o paiz não esteja á mercê desses imorraes e ambiciosos.

Tem se fallado ultimamente em varios circulos acerca das revelações feitas pelo sr. coronel Sobral; revelações, que segundo se affiança envolvem nos successos de Braga os nomes dos srs. visconde de Pinheiro, e barão da Batalha. O sr. visconde entendeu fazer a seguinte solemne declaração:—sr. redactor. Tendo lido hoje no seu jornal um extracto do «Diario Mercantil» do Porto, de 22 de setembro, em que se allude á revelação que o ex.º conselheiro coronel Sobral fizera no depoimento do inquerito a que se procedeu antes da partida de s. ex.ª e de todos os officiaes implacados na revolta militar do 6 de infantaria em Braga, declarando-me convivente nella, baseando se na sua correspondencia comigo; sou obrigado a affiançar, sob minha palavra de honra, que fui completamente alheio á preparação do movimento do 5 de infantaria, e suas consequencias.

«Não posso acreditar que o sr. conselheiro coronel Sobral avancasse uma tal asserção.

«Costumado a não declinar de mim a responsabilidade dos meus actos, qualquer que seja a sua gravidade, eu de certo não teria envolvido, e a bandonado os meus camaradas em um assumpto tão grave, se porventura eu tivesse tido parte naquella acontecimento, como testemunham todos os actos da minha vida, em que sempre me achei ao lado dos meus camaradas, nas circumstancias mais criticas, em que me tenho comprometido com elles.

«Por esta minha solemne declaração me julgo completamente desobrigado de responder a qualquer outra asserção ou insinuação, que sobre o caso em questão possa ter relação com a minha humilde pessoa, reservando-me para comprovar perante os tribunaes competentes o que deixo dito, se por ventura tiver de ali comparecer.—Visconde do Pinheiro.

—O governo recebeu antes de hontem um telegramma noticiando o fallecimento da princeza D. Maria Antonia Gabriella, mãe de S. M. El-Rei o sr. D. Fernando, e portanto avô do nosso rei o sr. D. Luiz. A princeza nascera em 2 de julho de 1797, era filha do fallecido principe de Kohary, Francisco José. Casou em 2 de janeiro de 1816 com o principe Fernando Jorge Augusto, o qual nascera a 28 de março de 1785, e fallecera a 27 de agosto de 1851. A mesma augusta senhora era tia do duque de Saxe-Coburgo Gotha, Ernesto 11 Augusto Carlos João Leopoldo Alexandre Eduardo.

El-Rei o sr. D. Luiz logo que teve conhecimento desta infausta noticia foi visitar seu augusto pae e participar-lhe que o regio consorcio se devia transferir para depois de oito primeiros dias, e que neste sentido ia mandar os convenientes avisos para Turin. O sr. D. Fernando agradecendo a delicadeza do seu filho respondeu que o consorcio não se devia adiar, porque do addiamento proviriam muitos transtornos visto acharem-se feitos todos os preparativos. Pouco tempo depois recebia o sr. D. Luiz um telegramma mandado expedir pela princeza Maria Pia de Saboya, em que a joven princeza dizia ao nosso rei, ao receber este aviso serei sua para sempre.

A noite publicou o «Diario de Lisboa» o seguinte supplemento:

«O governo de S. M. recebeu do sr. marquez de Loulé a participação official, de que o casamento de El-Rei o senhor D. Luiz I com S. A. R. a princeza D. Maria Pia de Saboya teve lugar em Turin.»

A camara municipal de Lisboa tinha convidado por meio de um edital os habitantes de Lisboa a pôrem luminarias em a noite de hontem em demonstração de regosijo por tão auspicioso acontecimento; porem a inexperada noticia do fallecimento da mãe do senhor D. Fernando, fez com que muitas casas se illuminassem. O quartel do Carmo teve uma vistosa illuminação.

A conclusão de cerimonia do casamento foi annunciada por um telegramma recebido aqui ás

Avé Marias. O castello de S. Jorge e as embarcações de guerra surtas no Tejo salvaram logo que chegou o telegramma.

Por motivo do infausto acontecimento da morte da augusta avô do nosso rei, SS. MM. encerraram-se por oito dias, e a côrte toma luto por seis mezes, sendo tres de luto carregado, e tres de luto alliviado.

Já não chega este mez a Lisboa a embaixada japoneza, da qual fallei na minha ultima correspondencia. Parece que só para o mez que vem aqui poderá estar.

—Por noticias recebidas hontem por um vapor portuguez sabe-se que o vapor «Zaire» da companhia «União Mercantil», foi encontrado em Benguella com o elice partido.

—Foram concedidas as honras de official mór da casa real ao sr. visconde da Lançada, Ignacio Julio de Sampaio e Tina Freire.

—Foi concedida á Academia das bellas artes de Lisboa, o poder denominar-se—Academia real das bellas artes de Lisboa.

—Está aberto o concurso para o provimento do lugar de contador da intendencia das obras publicas do districto de Lisboa com o ordenado annual de 480\$000 réis.

—A folha official publica a exoneração, a pedido proprio, do 1.º engenheiro Agnelo José Moreira, do cargo de director das obras publicas no districto de Braga e Vianna do Castello, sendo nomeado para o substituir naquelle cargo o sr. capitão d'estado maior Gilberto Antonio Rola. A historia desta exoneração já eu a contei em uma das minhas anteriores correspondencias.

—Foi transferido do cargo de director das obras publicas no districto do Porto para igual lugar no do Funchal, o sr. capitão de engenharia José Diogo Mascarenhas Mousinho de Albuquerque.

—O sr. Luiz Victor Lecocqs tenente de engenharia, e director das obras publicas no districto de Portalegre foi transferido para igual cargo no districto do Porto.

—O sr. José Honorato de Campos e Silva, foi nomeado director das obras publicas no districto de Portalegre.

Já foi contractada com a casa de Collares Junior & Comp.ª a fundição da estatua de Camões para o monumento ao immortal cantor das nossas glorias.

Suicidou-se em Runa o sr. José da Cunha Amorim Vianna, tinha 26 annos de idade.

—Regressou hontem da ilha de S. Miguel, onde fôra tomar os banhos das furnas o distincto poeta portuguez Francisco Gomes de Amorim. As suas melhoras infelizmente são bem pequenas.

—A camara municipal de Lisboa resolveu dar um farto jantar aos presos do Limoeiro em o dia do regio consorcio.

—O sr. almirante João da Costa Carvalho, tomou hontem posse do commando da nova divisão naval, chamada de reserva. Os navios de guerra salvaram tanto ao embarque como ao desembarque de s. ex.ª.

—Inaugurou-se hontem solememente á noite na sociedade Gremio Popular o retracto de S. M. El-Rei o sr. D. Pedro V.

—Eis aqui os nomes dos officiaes que tomaram parte na revolta de Braga, e que foram passados para a inactividade temporaria por todo o tempo que durar o respectivo processo: Francisco Maria Melquiades da Cruz Sobral, coronel de artilheria, e chefe de estado maior da 5.ª divisão militar. Manoel Caetano, tenente de cavallaria n.º 6—Honorato Lucio da Camara, capitão e João Moreira Pinto, tenente de caçadores n.º 3, Manoel Joaquim Gomes dos Santos, Antonio José Ferreira, capitães; José de Vasconcellos Gaspar Leite Ribeiro, Luiz Augusto Quartim, José Vaz de Oliveira, tenentes; Joaquim Manoel da Palma, tenente quartel mestre; Antonio Maria de Campos, Theodoro José da Silva Pereira, alferes, e Manoel Antonio da Silva, tenente ajudante, todos do regimento de infantaria n.º 6.—João Antonio Ferreira dos Santos, Theodoro José Ramalho, capitães; João Rodrigues e Joaquim Maria do Couto Zagallo, tenentes, todos de infantaria n.º 9.

Já sahí a lume a nova edição do «Amor e melancolia», do nosso primeiro poeta Antonio Feliciano de Castilho. Esta nova edição traz as mais brilhantes e inspiradas paginas em prosa as quaes se intitulam a «Chave do enigma».

—Feicho esta correspondencia noticiando dois horrosos crimes, consequencias fataes dos ciúmes vulcanicos de um infeliz.

Um soldado de caçadores n.º, chamado Joaquim Bernardo, rapaz de 28 annos de idade, de exemplarissimo comportamento, e impedido do sr. alferes do mesmo batalhão, Alfredo Carlos Augusto Maya, havia trazido de Abrantes uma rapariga por nome Marianna Marques, com a qual vivera uns quatro annos. O rapaz era cioso e gostava perdidamente da mulher, porém os seus zelos exagerados traduzidos algumas vezes em expansões encommodas para a sua amante, obrigaram esta a deixalo e a ir viver para casa de uma velha na travessa do conde de Loure, onde começou umas novas relações com outro soldado do mesmo batalhão. O desgraçado José Bernardes quando soube de taes relações esteve para se suicidar, e naturalmente a commetter esse crime contra a propria existencia, se na quinta feira quando levava a espada de seu alferes, passando nas proximidades da travessa do conde de Loure, não fosse repentinamente acommettido da febre do ciúme que lhe turvou completamente a razão.

Entrou em casa da sua antiga amazia, e pediu-lhe explicações do seu procedimento. As palavras da pobre Marianna em vez de abrandarem a furia do soldado, irritaram-lha, este feriu-a

no rosto com algumas picadas de navalha. A rapariga correu á janella para pedir socorro, e a velha fez outro tanto; os visinhos viram a desgraçada com a cabeça escorrendo sangue, e o novo amante de Marianna, que se achava proximo quiz entrar.

José Bernardes com a vista do sangue tornou-se uma fera, e quiz acabar a obra, agarrou a rapariga e assassinou-a dando-lhe vinte e duas facadas. Arrombou-se a porta e appareceu no meio da casa o novo amante. José Bernardes com as mãos ensanguentadas, as faces lividas, e os olhos espantados, vendo diante de si o seu rival lançou-se sobre elle com a espada do alferes, e deu-lhe umas poucas de cutiladas mortaes, algumas das quaes lhe transfiguraram completamente o rosto. Era já immenso o povo na rua, mas ninguém se atrevia a entrar na casa. Aos gritos de socorro vieram dez ou doze municipaes, José Bernardes de espada em punho não se quiz dar á prisão, e ameaçou com a morte aquelle que ouzasse aproximarse. A figura do soldado era horrivel, a sua phisionomia revelava as chammas que o devoravam lá por dentro. A muito custo foi preso, e conduzido ao quartel do Carmo amarrado de pés e mãos.

Estes crimes encheram de terror todos os habitantes daquelle bairro.

## MOVIMENTO DA BARRA

Aveiro 28 de setembro

Sahidas	
PORTO	Rasca port. Victoria, m. L. da Silva, 11 pes. de trip., sal
IDEM	Rasca port. Flor do Porto, m. J. B. de Barros, 11 pes. de trip., sal
IDEM	Rasca port. Moreira m. L. Henriques, 11 pes. de trip., sal
IDEM	Cabique port. Perola do Voga, m. J. N. Ramizote, 8 pes. de trip., sal
IDEM	Bateira port. Olho Vivo, m. D. d'Angelica, 5 pes. de trip., sal
IDEM	Hiate port. Conceição Feliz, m. F. d'Oliveira, 7 pes. de trip., vazio
IDEM	Hiate port. E' Segredo, m. A. N. Ramizote, 8 pes. de trip., sal
CAMINHA	Hiate port. Gavinho 1.º, m. B. L. Gavinho, 6 pes. de trip., sal

Entradas em 29	
PORTO	Rasca port. Correio d'Aveiro, m. J. Simões, 7 pes., de trip., vazio
LISBOA	Btoira port. Seudade, m. M. d'O. Liro 8 pes. de trip. milho.

## ANNUNCIOS

### COLLEGIO DE N. SENHORA DA CONCEIÇÃO

Direcção: F. A. Martins Bastos, e J. L. Carreira de Mello.

Este collegio está estabelecido no antigo convento das freiras de S. Bernardo, rua da Esperança. — Tem grandes accomodações, e quartos separados para os alumnos internos.

No dia 1.º de outubro proximo terá logar a abertura das aulas para o anno lectivo de 1862-1863, com a sessão solemne, na conformidade dos estatutos.

O curso de physica, chimica, e introducção á historia natural começa no dia 15 d'outubro, com os alumnos filhos do collegio que se acharem habilitados com o curso preparatorio de mathematica; e admite-se á matricula até esse dia quaesquer individuos que tenham os conhecimentos indispensaveis para frequentarem com proveito o sobredito curso.

O collegio possui os apperellos e mais objectos necessario para o estudo do curso. Este é professado pelo sr. Guedes, lente do collegio militar, e auctor dos compendios de physica e chimica, approvados pela direcção geral d'instrucção publica.

A direcção, toda entregue aos melhoramentos materias e moraes do estabelecimento tem feito reformas importantissimas em todos os ramos do ensino.

O ensino de desenho, entregue no sr. Castro, lente de desenho no collegio militar, vae ser levado ao maior grau de desenvolvimento, para o que se estão montando duas aulas com a maior perfeição

O mesmo acontece com o ensino de musica, de novo se acha entregue á habil direcção do sr. José Theodoro Higino da Silva, professor e director de musica no Conservatorio.

A direcção franquia o estabelecimento ás pessoas que desejem visital-o, e estima mesmo que seja visto, e muito visto.

## QUADROS D'ALMA

### A MULHER ATRAVEZ DOS SECULOS

POR Porphyrio José Pereira

Um volume em 8.º grande, br. com o retrato do auctor. — Aha-se á venda em Lisboa, na typographia Universal, rua dos Calafates n.º 110, e nas lojas do costume. — Preço 800 rs.

RESPONSAVEL:—M. C. da Silveira Pimentel

Typ. do Districto de Aveiro.